

Rodrigo Moraes

# Os Direitos Morais do Autor

*Repersonalizando o Direito Autoral*

2ª edição revista e ampliada

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Rodrigo Moraes

Categoria: Propriedade Intelectual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini  
Capa e obras retratadas : Oxumaré (murais do Cine Art I e II),  
de autoria do artista plástico Juarez Paraiso.  
Revisão de Texto: Cristina Cunha

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

1193526

M827d

Moraes, Rodrigo

Os direitos morais do autor : repersonalizando o direito autoral /  
Rodrigo Moraes. – 2. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

548 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 487-503.  
Inclui anexo e posfácio.

ISBN 978-65-5510-515-5

1. Direito autoral. 2. Direito da personalidade. 3. Direito civil. 4. Pro-  
priedade intelectual. 5. Direitos morais. I. Título.

CDD 346

# Sumário

Introdução.....	1
Primeira Parte – Fundamentos dos Direitos Morais e sua Formação Histórica...5	
Capítulo 1 – Conceito, Denominação, Natureza Jurídica e Características dos Direitos Morais.....	7
1.1. Conceito de direitos morais .....	8
1.2. Denominação: direitos morais, extrapatrimoniais ou pessoais .....	9
1.3. Natureza jurídica dos direitos morais .....	11
1.4. Características dos direitos morais.....	13
1.4.1. Inalienabilidade.....	13
1.4.2. Irrenunciabilidade .....	15
1.4.3. Intransmissibilidade .....	16
1.4.4. Imprescritibilidade .....	18
1.4.5. Perpetuidade dos direitos morais à paternidade e à integridade .....	19
1.4.6. Impenhorabilidade .....	22
Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Autoral.....	23
2.1. A Antiguidade greco-romana.....	23
2.2. A Idade Média .....	27
2.3. A invenção de Gutenberg (1450) e a posterior censura sob a forma de privilégios .....	29

2.4. A primeira lei autoral: Ato da Rainha Ana (Inglaterra, 1710) .....	34
2.5. A Revolução Francesa: abolição dos privilégios e surgimento da noção de “propriedade intelectual” .....	35
2.6. A construção jurisprudencial dos direitos morais: França, século XIX.....	37
Capítulo 3 – Breve Histórico das Legislações Autorais Brasileiras.....	41
3.1. Lei Medeiros e Albuquerque, de 1898.....	43
3.2. Código Civil de 1916 (CC-1916) .....	43
3.3. Lei n. 5.988, de 1973 (LDA-73) .....	44
3.4. Lei n. 9.610, de 1998 (LDA-98).....	45
Capítulo 4 – Reconhecimento dos Direitos Morais no Âmbito Internacional ...	47
4.1. Reconhecimento do direito moral na revisão da Convenção de Berna (Roma, 1928) .....	47
4.2. Reconhecimento do direito moral na Declaração Universal dos Direitos Humanos (França, 1948) .....	49
4.3. Exclusão dos direitos morais no Acordo TRIPS (1994).....	49
Capítulo 5 – Natureza Jurídica do Direito Autoral .....	53
5.1. Teoria do privilégio .....	53
5.2. Teoria do direito real de propriedade.....	54
5.3. Teoria do direito de personalidade .....	56
5.4. Teoria dos direitos intelectuais.....	57
5.5. Teoria do direito da coletividade .....	57
5.6. Teoria do direito pessoal-patrimonial: adotada pela legislação brasileira.....	58

Capítulo 6 – Repersonalização do Direito Autoral.....	61
6.1. Conceito, terminologia e fundamentos .....	61
6.2. A visão patrimonialista do Direito Autoral e a proposta de repersonalização .....	62
6.3. Pessoa jurídica pode ser titular de direitos morais? .....	69
Segunda Parte – Os Direitos Morais Previstos Na Lei Autoral Brasileira .....	73
Capítulo 7 – Direito à Paternidade da Obra.....	77
7.1. Considerações iniciais .....	77
7.2. Terminologia .....	77
7.3. A paternidade nasce com a criação da obra e não com o registro.....	79
7.4. O absurdo art. 667 do Código Civil de 1916.....	82
7.5. A “coautoria” de obras musicais .....	91
7.5.1. Casos na história da Música Popular Brasileira.....	95
7.5.1.1. Luiz Gonzaga tenta comprar canção de Patativa do Assaré....	97
7.5.1.2. O vendedor de sambas Nelson Cavaquinho .....	98
7.5.1.3. O “compositor” de sambas Francisco Alves e os vendedores Ismael Silva, Nilton Bastos e Noel Rosa.....	99
7.5.1.4. O samba “14 anos” de Paulinho da Viola.....	101
7.5.1.5. A “parceria” frutífera de Dorival Caymmi e Carlinhos Guinle.....	102
7.5.1.6 Moreira da Silva compra “Na subida do morro” .....	102

7.6. Orientador de monografia, dissertação ou tese acadêmica não é coautor .....	103
7.6.1. O caso de uma ex-orientanda que processou  o professor ex-orientador .....	108
7.7. Direito ao nome não se confunde com direito moral à paternidade....	111
7.7.1. Revogação do art. 185 do Código Penal .....	114
7.7.2. Direito ao nome em relação a projeto arquitetônico.....	116
7.8. Conceito aberto (indeterminado) de plágio e alguns critérios utiliza- dos para a sua identificação.....	122
7.8.1. Não existe plágio de ideias .....	131
7.8.2. Os plágios equivocadamente atribuídos a Ari Barroso, Bruno Gouveia (Biquíni Cavado), Herbert Vianna, Tom Jobim e Zezé Di Camargo .....	137
7.8.3. O falsário que acusou, injustamente, o grupo mineiro Skank.....	144
7.8.4. O plágio de Roberto Carlos e Erasmo Carlos – “O careta” .....	145
7.8.5. O quase-plágio involuntário de Noel Rosa.....	146
7.8.6. O plágio de Rod Stewart por sobre a obra “Taj Mahal”, de Jorge Ben Jor .....	147
7.8.7. O correto uso das paráfrases .....	147
7.9. Modalidades de identificação do autor: o uso de pseudônimos.....	150
7.10. Violação ao direito de anunciar a autoria: sanções previstas no art. 108 da LDA-98 .....	152
7.11. A omissão das autorias pelas emissoras de rádio e TV .....	155

7.11.1. Importância da tutela coletiva na defesa do direito moral à designação de autoria .....	167
7.11.1.1. O pioneiro Termo de Ajuste de Conduta (TAC) celebrado entre o MPT da 5ª Região e emissoras de rádio baianas.....	171
7.12. Omissão e erro na atribuição de autoria .....	175
7.12.1. A omissão da autoria de obras fotográficas e audiovisuais .....	177
7.12.2. A omissão dos nomes de intérpretes .....	181
7.13. A paternidade de canções folclóricas: o episódio Mané de Izaías ...	182
7.14. A paternidade de obras psicografadas: o caso da viúva de Humberto de Campos versus o médium Chico Xavier .....	187
7.15. A paternidade de obras feitas por <i>ghostwriter</i> .....	191
7.15.1. O <i>ghostwriter</i> da OAB/RS que reivindicou a autoria de 33 (trinta e três) artigos jurídicos publicados na mídia sob o nome do então presidente da Ordem gaúcha .....	197
7.15.2. O <i>ghostwriter</i> de Bruna Surfistinha, na obra <i>O Doce Veneno do Escorpião</i> .....	201
7.15.3. Os <i>ghostwriters</i> no ambiente acadêmico.....	211
7.16 A proliferação da desonestidade intelectual na pesquisa acadêmica.....	212
7.17. Critérios jurídicos para condenar, em danos morais, o autor de uma infundada acusação de plágio.....	220
7.18. Direito moral à paternidade: apenas para pessoa humana. Da impossibilidade de robôs e animais não humanos serem titulares dessa prerrogativa extrapatrimonial.....	227

Capítulo 8 – Direito ao Ineditismo da Obra .....	233
8.1. Considerações iniciais .....	233
8.2. Terminologia.....	236
8.3. Direito ao ineditismo: direito fundamental (CF, art. 5.º, XXVII).....	238
8.4. O direito ao inédito antes da LDA-98 .....	239
8.5. O significado da “autorização prévia e expressa do autor” .....	239
8.6. O que se entende por acesso da obra ao público.....	240
8.7. Prazo máximo de dois anos para edição de obra.....	241
8.7.1. O célebre caso de Anatole France versus Editora Lemerre .....	242
8.8. Direito ao inédito: ponto de partida para exercício dos direitos patrimoniais .....	242
8.9. O exercício do direito ao inédito após a morte do autor .....	243
8.9.1. O testamento de Franz Kafka .....	253
8.10. A divergência de coautores no exercício do direito ao ineditismo .....	254
8.11. Cartas missivas em processos judiciais .....	255
8.12. Jurisprudência.....	256
8.12.1. Último capítulo da novela “Ti ti ti” publicado pela revista “Amiga” .....	256
8.12.2. Comercialização não autorizada de palestras .....	258
8.12.3. Cinco famosos julgados ocorridos na França.....	258



8.12.3.1. Lacordaire <i>versus</i> editor de Lyon .....	258
8.12.3.2. Pourchet <i>versus</i> Rosa Bonheur .....	259
8.12.3.3. Whistler <i>versus</i> Eden.....	260
8.12.3.4. Charles Lecocq <i>versus</i> Sra. Cinquin .....	261
8.12.3.5. Camoin <i>versus</i> Carco.....	262
Capítulo 9 – Direito à Integridade da Obra.....	265
9.1. Considerações iniciais.....	265
9.2. Direito moral à integridade: conceito e breve histórico legal .....	267
9.3. O direito à integridade na Convenção de Berna .....	269
9.4. Prejuízo à obra ou agressão à “honra” ou à “reputação” do autor.....	269
9.5. Terminologia.....	275
9.6. Integridade de obras teatrais, musicais e personagens de quadrinhos .....	275
9.6.1. A ação movida por Chico Buarque e Ruy Guerra por causa do uso da canção <i>Sonho Impossível</i> em anúncio publicitário da empresa de telefonia Vésper .....	281
9.7. Integridade de obras fotográficas .....	286
9.8. Integridade de obras audiovisuais .....	286
9.9. Integridade da edição gráfica de obras musicais.....	290
9.10. Integridade de obras de artes plásticas .....	291
9.10.1. O processo de Yara Tupinambá contra o Município de Belo Horizonte.....	297

9.10.2. O processo de Juarez Paraiso contra a Igreja Evangélica Renascer em Cristo .....	304
9.10.3. O processo de Carlos Bastos contra Lojas Insinuante Ltda. e Banco Econômico S/A em liquidação extrajudicial.....	308
9.10.4. O processo de Ângelo Roberto contra o IBAMETRO e o Estado da Bahia.....	312
9.10.5. O processo de Roberto Umansky contra a Caixa Econômica Federal .....	315
9.10.6. O processo de Pablo Serrano contra Industrias Turísticas, S.A.....	316
9.10.7. O processo de Don Guillermo Rodríguez Mingorance contra Patronato Municipal de Cultura, Juventud y Deporte del Ayuntamiento de Móstoles (Madrid) .....	317
9.10.8. O processo de María Waveluk contra a Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou .....	318
9.10.9. O processo de Fernando Calhau contra a proprietária do restaurante Baluarte .....	319
9.10.10. O caso Harry Abend <i>versus</i> Banco Provincial .....	320
9.10.11. Gabriel Calle Arango <i>versus</i> Centro Comercial San Diego, em Medellín .....	322
9.10.12. A revolta de Diego Rivera contra Nelson Rockefeller .....	324
9.10.13. Carta de Frida Kahlo ao Presidente do México .....	325
9.11. Critérios para solução de conflitos entre direito moral à integridade da obra de arte plástica e direito de propriedade do dono do suporte .....	326

9.12. O dever do Estado de proteção ao patrimônio histórico, cultural e artístico .....	335
9.13. Integridade de obras caídas em domínio público.....	336
9.13.1. Uma interpretação mais ampla do § 2.º do art. 24, e o <i>happening</i> , promovido pelo economista Amaury Fassy, que destruiu trinta aquarelas do artista plástico Paul Garfunkel .....	340
9.14. Paródia: liberdade de expressão <i>versus</i> direito moral à integridade da obra .....	343
9.14.1 Requisitos para a licitude de uma paródia musical .....	345
9.14.1.1. A paródia não deve ser <i>verdadeira</i> reprodução da obra originária .....	346
9.14.1.2. A paródia não deve implicar <i>descrédito</i> à obra originária .....	346
9.14.1.3. A paródia deve respeitar a honra, a intimidade, a imagem e a privacidade de terceiros .....	347
9.14.1.4. A paródia deve respeitar o direito moral de ineditismo do autor da obra parodiada .....	350
9.14.1.5. A paródia não deve ter intuito de lucro direto para fins publicitários .....	350
9.14.2. O Recurso Especial n. 1.597.678/RJ – alegação de <i>paródia</i> da obra <i>Garota de Ipanema</i> em anúncio publicitário .....	353
9.14.2.1 Críticas ao Recurso Especial n. 1.597.678/RJ: o risco de proliferação de adaptações publicitárias, com toques de humor, sem a autorização dos titulares, sob o argumento de <i>paródias</i> .....	355

9.14.3. A paródia em propagandas eleitorais.....	358
9.15. Direito à integridade dos intérpretes .....	363
9.15.1. O caso João Gilberto na malsucedida remasterização do CD “O Mito” (“ <i>The Legendary João Gilberto</i> ”) .....	364
9.15.2. O caso da violação do <i>droit au respect</i> de l’ <i>interprétation</i> de Henri Salvador .....	367
9.15.3. Imitação de voz (intepretação): a ação do cantor Sidney Magal por causa do anúncio publicitário da cerveja Devassa.....	368
9.16. O dever do tradutor de respeitar a integridade das obras originárias .....	374
Capítulo 10 – Direito à Modificação da Obra .....	381
10.1. Considerações iniciais .....	381
10.2. Breve histórico em nosso ordenamento jurídico .....	385
10.3. Direito moral de modificação: conceito e fundamentos .....	386
10.4. Modificação: alteração do conteúdo .....	389
10.5. Intransmissibilidade <i>mortis causa</i> do exercício do direito de modificação.....	391
10.6. Limites ao exercício do direito de modificar: direito adquirido e coautoria .....	392
10.7. Versão definitiva de uma obra .....	395
10.8. A atualização de obras jurídicas e o exercício desarrazoado do direito moral à modificação por terceiros.....	396

Capítulo 11 – Direito ao Arrependimento da Obra .....	399
11.1. Considerações iniciais.....	399
11.2. Terminologia.....	404
11.3. A ligação do direito ao ineditismo com o direito ao arrependimento .....	405
11.4. Condições para o exercício do direito de arrependimento .....	406
11.4.1. Afronta à <i>reputação</i> e à <i>imagem</i> do autor: crítica à LDA-98...406	
11.4.2. Ausência de abuso de direito .....	416
11.4.3. As prévias indenizações a terceiros.....	418
11.5. Direito ao arrependimento em outros países .....	420
11.6. Significado da expressão “retirar de circulação a obra” .....	426
11.7. A reabilitação do preso e a proibição de anotação do motivo da despedida na Carteira de Trabalho do empregado.....	429
11.8. Ausência de “prazo de reflexão” para exercício do direito ao arrependimento .....	431
11.9. Exemplos de arrependimento de autores .....	431
11.9.1. Rosa Mystica, de Afrânio Peixoto: “Incorrigível. Só o fogo.” ....	434
11.9.2. <i>Manual Prático do Vampirismo</i> , de Paulo Coelho .....	437
11.9.3. “O Mundo da Paz”, de Jorge Amado.....	439
11.9.4. O “saravá” do Samba da Benção, de Baden Powell e Vinícius de Moraes .....	442

11.9.5. Tim Maia e o relançamento <i>post mortem</i> de seu renegado disco <i>Racional</i> .....	443
11.9.6. Os “100% de arrependimento” de Rodolfo Abrantes, missionário cristão e ex- <i>Raimundos</i> .....	445
11.10. Arrependimento de intérpretes .....	447
11.10.1. Xuxa e o filme “Amor, estranho amor” .....	450
11.10.2. Durval Lelys e a canção <i>Osama, Osama Bin Laden</i> .....	454
11.10.3. Madonna e o videoclipe <i>American Life</i> .....	455
11.10.4. O primeiro disco de Roberto Carlos: “Louco por você” .....	456
Capítulo 12 – Direito ao Acesso a Exemplar Único e Raro de Obra em Poder de Terceiro.....	459
12.1. Considerações iniciais .....	459
12.2. Natureza jurídica: direito moral ou patrimonial? .....	460
12.3. Limitação ao direito de propriedade .....	463
12.4. Requisitos .....	466
12.5. Finalidades .....	469
12.5.1. Possibilidade de o autor divulgar e comercializar a sua obra	469
12.5.2. Preservação da memória do autor: o exemplo de Candido Portinari.....	471
12.5.3. Ajuda na fiscalização das revendas .....	472
12.5.4. Prevenção contra futuras falsificações .....	473

12.6. Significado da expressão “maneira menos inconveniente possível” .....	474
12.7. “Ter acesso”: possibilidade de deslocamento da obra? .....	475
12.8. Intransmissibilidade do exercício do direito moral de acesso: prejudicial aos interesses dos sucessores e da coletividade de acesso a bens culturais.....	476
Conclusões .....	479
Referências .....	487
Apêndice.....	505
Posfácio à primeira edição .....	509